

**Banco do  
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS  
ECONÔMICOS DO NORDESTE  
ETENE**

**Condições de Vida das Famílias do Nordeste  
Análise da Pesquisa de Orçamento Familiar  
2002/03 e 2008/09**

**Ano IV – N° 16**

**Fortaleza - CE  
Agosto 2010**

---

**Banco do  
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

## **ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

### **Superintendente**

José Narciso Sobrinho

### **Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação**

**Gerente:** Jânia Maria Pinho Sousa

### **Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços**

**Gerente:** Airton Saboya Valente Júnior

**Informe Técnico ETENE: Condições de Vida das Famílias do  
Nordeste: Análise da Pesquisa de Orçamento Familiar 2002/03 e  
2008/09**

**Coordenador Informe Técnico ETENE:** Airton Saboya  
Valente Júnior

**Autora:** Jacqueline Nogueira Cambota

**Bolsista de Nível Superior:** Rayssa Alexandre Costa

## 1. INTRODUÇÃO

A Pesquisa de Orçamento Familiar-POF, realizada pelo IBGE, mensura as estruturas de consumo, gastos e rendimentos das famílias com o objetivo de traçar um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos. Os resultados das duas últimas pesquisas de orçamentos familiares, 2002-2003 e 2008-2009, compreendem um período de importantes transformações na sociedade brasileira em que os programas sociais propiciaram redução na desigualdade de renda e na pobreza.

Outro aspecto importante na POF são as informações sobre o consumo familiar, o qual permite mensurar o bem-estar das famílias de maneira mais satisfatória do que as medidas baseadas no PIB per capita, uma vez que consumo é mais adequado para a percepção de bem-estar individual do que a riqueza gerada pelo País. O relatório elaborado pela *Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress* (2009), sob a coordenação de Stiglitz, Sen e Fitoussi, recomenda que, na avaliação do bem-estar material, seja enfatizada a perspectiva das famílias, ou seja, a renda e o consumo doméstico, e o que as famílias guardam para as próximas gerações.

Nesse sentido, Deaton e Zaidi (2002) defendem o uso de medidas agregadas de consumo para análise do bem-estar nos países em desenvolvimento, enquanto que a renda é uma medida mais apropriada para os países desenvolvidos, em que o emprego por conta própria é relativamente raro, permitindo que os rendimentos sejam oriundos de poucas fontes.

Dessa forma, os resultados da POF representam uma evolução na aferição de progresso econômico e social. Um exemplo desta evolução é dado pela discrepância entre a proporção de pobres calculada com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio-PNAD e aquela baseada na POF. Uma das explicações para essa diferença diz respeito aos rendimentos não monetários capturados pela POF, provenientes, principalmente, de economias de subsistência em áreas rurais.

Os dados da POF permitem, portanto, retratar a evolução das condições de vida da população com base em indicadores de bem-estar não contemplados por outras pesquisas domiciliares. Desse modo, foram selecionados alguns desses indicadores com o objetivo de mostrar as mudanças nas condições de vida da população do Nordeste durante esse período de transformações na estrutura social do País.

## 2. RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS

O rendimento médio familiar aumentou de R\$ 2.420,17, em 2002/03, para R\$ 2.641,63 em 2008/09, representando aumento real de 9,2% nesse período. Em termos de Nordeste, o rendimento médio familiar saltou de R\$ 1.468,36, em 2002/03, para R\$ 1.712,88 em 2008/09, indicando aumento real de 16,7%. As demais regiões do Brasil também registraram crescimento no período sob análise. No que se refere aos estados do Nordeste, apenas Ceará e Alagoas não apresentaram incremento de rendimento médio familiar no período estudado (Tabela 1).

**Tabela 1 - Distribuição do Rendimento <sup>(1)</sup> Médio Mensal Familiar por Origem - Em R\$ - 2002/2003 e 2008/2009**

Brasil, Regiões e Estados do Nordeste	Total		Trabalho		Transferência		Aluguel		Outros		Não Monetário	
	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008
<b>Brasil</b>	<b>2.420,17</b>	<b>2.641,63</b>	<b>1.500,24</b>	<b>1.688,00</b>	<b>363,47</b>	<b>511,16</b>	<b>44,36</b>	<b>46,53</b>	<b>159,21</b>	<b>43,08</b>	<b>352,90</b>	<b>352,86</b>
Norte	1.703,79	2.011,72	1.119,33	1.372,48	183,62	278,17	17,47	23,27	99,75	34,91	283,61	302,89
Sudeste	2.981,45	3.193,05	1.858,17	2.048,29	448,14	620,80	60,38	63,90	201,91	40,41	412,85	419,65
Sul	2.632,00	2.873,52	1.599,06	1.838,22	379,38	521,13	52,39	51,26	196,53	68,88	404,64	394,04
Centro-Oeste	2.409,07	2.731,14	1.577,40	1.875,40	284,27	454,48	35,76	45,93	149,94	37,75	361,70	317,58
<b>Nordeste</b>	<b>1.468,36</b>	<b>1.712,88</b>	<b>872,77</b>	<b>1.019,43</b>	<b>270,64</b>	<b>397,59</b>	<b>19,93</b>	<b>20,68</b>	<b>76,99</b>	<b>36,07</b>	<b>228,03</b>	<b>239,13</b>
Maranhão	1.109,89	1.496,41	660,21	923,48	174,58	313,09	5,68	24,08	49,35	25,64	220,06	210,11
Piauí	1.276,66	1.610,45	762,35	921,18	253,63	424,96	8,84	14,17	66,02	24,61	185,81	225,52
Ceará	1.556,71	1.502,28	933,62	860,39	324,73	398,03	15,38	7,61	74,07	36,44	208,92	199,80
Rio Gde. do Norte	1.524,89	1.680,59	861,14	970,67	331,59	432,10	23,84	35,02	91,47	25,65	216,86	217,15
Paraíba	1.223,26	1.675,53	666,04	942,51	297,31	493,24	14,59	12,29	48,83	13,63	196,49	213,85
Pernambuco	1.469,39	1.914,20	879,70	1.116,03	297,25	476,17	17,63	19,40	47,37	41,78	227,43	260,83
Alagoas	1.489,50	1.396,71	934,57	846,04	251,25	360,32	53,47	15,75	66,82	6,60	183,40	168,00
Sergipe	1.365,41	1.749,37	786,12	1.092,10	262,50	376,29	13,85	18,95	76,22	22,02	226,71	240,01
Bahia	1.658,57	1.888,66	995,53	1.162,91	249,84	353,63	26,07	29,18	116,26	55,05	270,87	287,89

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/SIDRA/POF.

Nota: (1) Os valores foram deflacionados pelo INPC geral de janeiro de 2009.

A principal fonte de rendimentos, provenientes do trabalho, obteve um crescimento médio de 12,5% para o Brasil, tendo o maior índice ocorrido nas regiões Norte (22,6%) e Centro-Oeste (18,9%). Dentre os estados do Nordeste, Paraíba, Maranhão e Sergipe tiveram os maiores ganhos reais, com aumento nos rendimentos médios do trabalho em torno de 40%, enquanto Alagoas e Ceará experimentaram perdas reais nessa fonte de rendimentos. A redução do rendimento médio familiar nesses dois estados, na comparação entre 2002 a 2008, pode ser atribuída a questões climáticas, tais com as enchentes verificadas em 2008/2009.

As transferências<sup>1</sup> obtiveram relevante incremento entre 2002 e 2008. Referido aumento não se deve apenas a ganhos reais, mas também à inclusão de novos programas sociais como o Bolsa Família. A participação das transferências nos rendimentos totais é maior entre as famílias do Nordeste, tendo essa aumentado de 18,4% para 23,2% entre o período compreendido pelas duas pesquisas.

### **3. DESPESAS DAS FAMÍLIAS**

As despesas totais das famílias brasileiras cresceram 9,2% em termos reais entre 2002/03 e 2008/09, saltando de R\$ 2.404,45 para R\$ 2.626,31. Em termos de Nordeste, o crescimento real foi de 10,8%, tendo as despesas aumentado de R\$ 1.534,11 para R\$ 1.700,26. Durante esse período, os rendimentos totais das famílias do Nordeste ultrapassaram as despesas médias totais, ou seja, as famílias passaram de um endividamento médio de R\$ 65,75, em 2002, para uma poupança média de R\$ 12,62 em 2008. Essa situação se deve em grande parte ao comportamento das famílias de Pernambuco, Ceará e Maranhão que saíram de uma situação de endividamento para tornarem-se poupadoras (Tabela 2).

Os gastos com consumo representam o principal item nas despesas das famílias do Nordeste, correspondendo a 86,3% e 83,9% das despesas totais em 2002 e 2008, respectivamente. As outras despesas, que incluem impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e outras despesas correntes, registraram aumento para todas as regiões, sendo de 35,5% o aumento dessas despesas no Nordeste. O aumento do ativo, as despesas com a aquisição e reforma do imóvel, bem como a diminuição do passivo, as despesas com pagamentos de empréstimos e prestações de financiamento de imóvel, também tiveram crescimento real. O item diminuição do passivo também corrobora que houve queda no endividamento das famílias do Nordeste durante o período sob análise (Tabela 2).

---

<sup>1</sup> A POF 2008/09 passou a contemplar no âmbito das transferências um item exclusivo para os programas sociais do governo federal, além dos itens de aposentadorias, pensão alimentícia, bolsa de estudo e transferências transitórias já abordadas na POF 2002/03.

**Tabela 2 - Distribuição das Despesas (2) Média Mensal da Família por Origem (em R\$) – 2002/03 e 2008/09**

Brasil, Regiões e Estados do Nordeste	Despesa Total		Consumo		Outras		Aumento do Ativo		Diminuição do Passivo	
	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008
<b>Brasil</b>	<b>2.404,45</b>	<b>2.626,31</b>	<b>1.981,55</b>	<b>2.134,77</b>	<b>260,96</b>	<b>285,00</b>	<b>114,39</b>	<b>152,09</b>	<b>47,56</b>	<b>54,45</b>
Norte	1.747,36	2.006,80	1.509,08	1.683,87	136,38	166,35	75,89	107,53	26,00	49,05
Sudeste	2.925,17	3.135,80	2.376,21	2.529,30	348,95	377,13	135,92	163,52	64,09	65,85
Sul	2.586,26	3.030,44	2.116,16	2.444,16	270,04	279,51	152,36	252,02	47,71	54,74
Centro-Oeste	2.375,57	2.591,14	1.938,68	2.056,05	284,84	328,58	110,77	154,46	41,29	52,06
<b>Nordeste</b>	<b>1.534,11</b>	<b>1.700,26</b>	<b>1.323,34</b>	<b>1.427,13</b>	<b>122,88</b>	<b>151,11</b>	<b>62,65</b>	<b>84,88</b>	<b>25,23</b>	<b>37,13</b>
Maranhão	1.139,54	1.466,96	1.035,83	1.206,64	54,35	101,50	37,58	128,50	11,78	30,33
Piauí	1.319,41	1.619,73	1.155,58	1.398,94	86,85	119,18	45,69	51,30	31,29	50,31
Ceará	1.635,73	1.431,96	1.385,08	1.248,31	143,71	102,95	79,52	49,52	27,44	31,17
Rio Gde. do Norte	1.520,56	1.680,96	1.285,87	1.438,31	160,18	147,13	43,68	47,21	30,82	48,30
Paraíba	1.222,81	1.725,14	1.070,38	1.444,88	91,44	170,34	38,24	67,49	22,76	42,43
Pernambuco	1.592,74	1.777,54	1.369,31	1.468,15	130,61	197,33	61,02	74,52	31,81	37,54
Alagoas	1.349,40	1.223,94	1.149,65	1.064,60	127,86	103,58	50,94	39,88	20,96	15,88
Sergipe	1.558,83	1.809,83	1.352,12	1.542,57	126,94	137,85	50,98	87,56	28,79	41,85
Bahia	1.757,43	1.993,23	1.512,56	1.648,06	139,10	182,64	82,11	122,36	23,65	40,18

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/SIDRA/POF.

Nota: (2) Os valores foram deflacionados pelo INPC geral de janeiro de 2009.

#### 4. CONSUMO DAS FAMÍLIAS

Os itens de habitação e alimentação têm o maior peso nas despesas com consumo das famílias pesquisadas, mantendo suas participações praticamente inalteradas durante o período. No Nordeste, observa-se que os gastos com transporte e assistência à saúde passaram a ocupar uma parcela maior no consumo das famílias, enquanto declinou a parcela da renda destinada à educação (Tabela 3).

**Tabela 3 - Distribuição dos Gastos com Consumo das Famílias por Região (em %) – 2002/03 e 2008/09**

Gastos com consumo	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008	2002	2008
Alimentação	20,75	19,75	27,19	25,78	26,79	24,24	18,89	18,35	19,95	18,48	18,09	17,74
Habitação	35,50	35,88	33,42	33,58	32,27	32,78	36,67	37,15	35,46	35,04	35,85	37,89
Vestuário	5,68	5,54	7,29	7,42	6,82	6,54	5,13	4,91	5,73	5,95	5,90	5,24
Transporte	18,44	19,64	15,70	16,48	16,01	18,17	18,44	19,46	20,65	21,93	20,77	21,20
Higiene e cuidados pessoais	2,17	2,39	3,00	3,56	2,95	3,12	1,94	2,09	1,90	2,17	2,13	2,47
Assistência à saúde	6,49	7,20	4,90	4,88	5,98	6,53	6,91	7,86	6,16	6,99	6,40	6,36
Educação	4,09	3,04	2,30	2,35	3,28	2,80	4,70	3,39	3,47	2,52	4,05	2,80
Recreação e cultura	2,39	2,00	2,17	1,95	2,05	1,83	2,55	2,11	2,31	2,03	2,29	1,65
Fumo	0,70	0,54	0,69	0,41	0,58	0,44	0,74	0,60	0,69	0,57	0,66	0,46
Serviços pessoais	1,01	1,12	0,79	1,06	0,95	1,11	1,10	1,19	0,84	0,90	1,10	1,16
Despesas diversas	2,79	2,90	2,56	2,53	2,32	2,44	2,93	2,89	2,86	3,43	2,76	3,03

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/SIDRA/POF.

Nas regiões Norte e Nordeste, a proporção de gastos com alimentação é mais elevada do que nas demais, o que sugere uma baixa condição de vida das populações dessas regiões,

uma vez que quanto menor a renda familiar, maior será o peso da alimentação no âmbito do orçamento doméstico.

O consumo suficiente de alimentos é uma medida importante de bem-estar, à medida que essa pode ser usada como medida de fome. A avaliação da quantidade de alimentos consumida pela família mostra um ganho de bem-estar no que se refere a consumo calórico, tendo declinado o percentual de famílias que declaram passar fome em todas as regiões no período analisado.

Durante esse período, houve uma melhora significativa da avaliação da quantidade de alimentos consumidos pelas famílias do Nordeste, uma vez que a percentagem de famílias que declaram ingerir a quantidade suficiente de alimentos passou de 39,2% para 50,1%. Dentre os estados do Nordeste, destaca-se o bom desempenho da Paraíba, em que o percentual de famílias com consumo insuficiente de alimentos reduziu-se de 25,8 para 7,9%, enquanto a percentagem de famílias com ingestão suficiente saltou de 34,3 para 60,2 %. No entanto, na pesquisa de 2008/09, metade das famílias do Nordeste declarou ingerir a quantidade suficiente de alimentos, o que só não é pior do que a situação enfrentada pelas famílias da região Norte em que essa parcela é de 48,5%.

**Tabela 4 - Avaliação da Quantidade de Alimentos Consumidos pela Família (em %) – 2002/03 e 2008/09**

Brasil, Regiões e Estados do Nordeste	Normalmente Insuficiente		Às vezes Insuficiente		Sempre Suficiente	
	2002	2008	2002	2008	2002	2008
<b>Brasil</b>	<b>13,83</b>	<b>9,20</b>	<b>32,80</b>	<b>26,30</b>	<b>53,36</b>	<b>64,50</b>
Norte	17,18	11,30	46,67	40,20	36,14	48,50
Sudeste	13,36	7,90	30,00	21,50	56,64	70,50
Sul	7,46	5,50	22,74	17,40	69,81	77,10
Centro-Oeste	8,98	7,80	29,53	24,20	61,50	67,90
<b>Nordeste</b>	<b>19,25</b>	<b>13,20</b>	<b>41,51</b>	<b>36,60</b>	<b>39,24</b>	<b>50,10</b>
Maranhão	18,71	12,40	47,62	40,10	33,66	47,50
Piauí	17,09	13,50	39,86	41,90	43,04	44,60
Ceará	15,85	12,60	42,65	37,70	41,50	49,70
Rio Grande do Norte	17,34	14,50	51,86	33,40	30,81	52,00
Paraíba	25,77	7,90	39,90	31,80	34,33	60,20
Pernambuco	21,66	12,50	37,67	35,60	40,68	51,80
Alagoas	27,11	18,40	41,24	37,90	31,64	43,70
Sergipe	16,74	14,40	45,79	45,10	37,47	40,40
Bahia	17,67	14,10	38,98	34,80	43,37	51,10

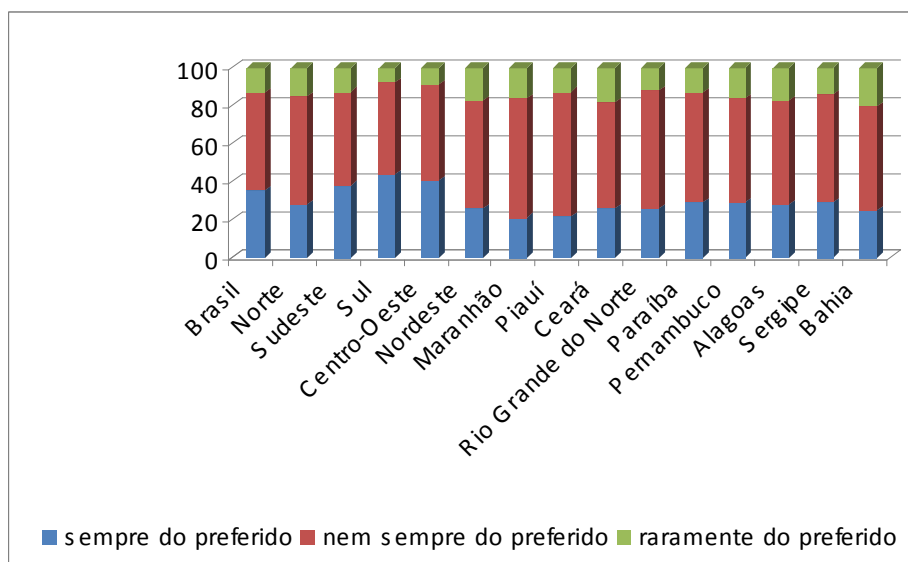
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/SIDRA/POF.

Embora o aumento na ingestão de alimentos seja um indicativo de redução da fome, apenas uma pequena parcela das famílias consegue consumir o tipo de alimento preferido. Esse resultado mostra que, embora, tenha aumentado o consumo de alimentos, ainda é elevada a proporção de famílias que não tem acesso ao tipo de alimento preferido. Maranhão

e Piauí tiveram a pior avaliação com relação à qualidade do alimento consumido, além de terem a maior proporção de famílias com ingestão insuficiente de alimentos.

Gráfico 1

Distribuição das Famílias por Avaliação do Tipo de Alimento (em %) – 2008/09



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/SIDRA/POF.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os dados obtidos pela POF, os rendimentos totais das famílias do Nordeste ultrapassaram as despesas, de forma que as famílias passaram de um endividamento médio de R\$ 65,75, em 2002, para uma poupança média de R\$ 12,62 em 2008. A relevância desse resultado pode ser mostrada pela comparação com as famílias brasileiras, cujos rendimentos ultrapassaram as despesas em aproximadamente R\$ 15,00, porém, sem alterações entre 2002 e 2008.

Os dados da POF mostram, ainda, um maior crescimento médio dos rendimentos do trabalho das famílias do Nordeste (16,8%) em relação ao crescimento observado pelo Brasil (12,5%) e Sudeste (10,2%) o que, por sua vez, contribuiu para a redução das desigualdades regionais de rendimentos no mercado de trabalho.

As transferências, segunda principal fonte de rendimentos, também tiveram um papel importante na redução dessas desigualdades, uma vez que o Nordeste é a região com a maior participação das transferências no âmbito dos rendimentos totais das famílias e que, 2,4% dos



rendimentos são provenientes de transferências referentes aos programas sociais, enquanto, para o Brasil, esse percentual é de apenas 0,7%.

Os indicadores de consumo confirmam os ganhos de bem-estar encontrados pelas medidas convencionais, ao mostrarem uma redução no percentual das famílias do Nordeste que declaram não ingerir quantidade suficiente de alimentos. No entanto, a Região possui o segundo menor percentual de famílias com ingestão suficiente de alimentos. Outro aspecto importante com relação ao consumo é a percentagem das despesas destinadas aos gastos com alimentação, que é mais elevada entre as famílias do Norte e Nordeste, sugerindo um padrão de vida inferior ao das demais regiões.

Apesar desses resultados positivos, a desigualdade regional permanece elevada, uma vez que os rendimentos médios totais das famílias do Sudeste (R\$ 3.193,05) eram quase o dobro dos rendimentos das famílias do Nordeste (R\$ 1.712,88).

## **REFERÊNCIAS**

DEATON, Angus; ZAIDI, Salman. **Guidelines for Constructing Consumption Aggregates for Welfare Analys. Living Standars Measurement Study.** The World Bank: Working Paper n ° 135, 2002.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 - Primeiro Resultados – Brasil e Regiões.** Rio de Janeiro, 2004.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 - Despesas, Rendimento e Condições de Vida.** Rio de Janeiro, 2010.

STIGLITZ, J; SEN, A; FITOUSSI, J.P. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress.** Disponível em : <<http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/index.htm>> Acesso em 23/07/2010.